SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/06/2015 - Instituto Telecom

Vivendi passa a deter 14,9% da Telecom Italia e vira maior acionista

A Vivendi é agora a maior acionista da Telecom Italia, com 14,9% das ações ordinárias da controladora da TIM Brasil. A companhia francesa recebeu nesta quarta, 24, 8,24% (ou 1,11 bilhão de ações ordinárias) da companhia italiana em permuta de ações (swap) que representam 4,5% da participação na Telefônica Brasil, conforme combinado na venda da GVT. Além disso, o grupo francês aumentou sua participação comprando 4,76% na segunda-feira, 22, por aproximadamente 1 bilhão de euros. Somam-se a todas essas operações os 1,90% recentemente adquiridos pela companhia.

No comunicado, a Vivendi afirma que o investimento na italiana "cabe na estratégia desenvolvida pelo grupo, que ganha um ponto de apoio em um país com o qual compartilha a mesma cultura e raiz latinas". A empresa informou ainda que a transação representa uma oportunidade para o grupo estar "presente e expandir em um mercado com prospectos de crescimento significativos e um apetite muito forte por conteúdo de qualidade". A francesa finaliza se comprometendo em dar apoio à Telecom Italia em longo prazo, mas não faz qualquer referência à TIM Brasil.

Detalhes

A operação foi confirmada pela Telefônica Brasil, que enviou comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) declarando ter completado o swap de ações entre a Telefónica e a Vivendi (por meio da subsidiária da francesa, a Société d'Investissements et de Gestion 108 SA, ou FrHolding108). Foram transferidas 76.656.559 ações que representam 4,5% do capital social da companhia. Elas são dividas em 68.597.306 ações ordinárias (representando 12% das ações) e 8.059.253 ações preferenciais (0,72%). A operação foi em troca de 1,11 bilhão de ações, representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Italia, anteriormente detidas pela Telco, subsidiária da Telefónica.

24/06/2015 - Telesíntese

Anatel libera mais de R$ 5,6 milhões de garantias da Oi e Algar

A liberação das garantias refere-se ao cumprimento das metas de cobertura do leilão de 2,5 GHz de 4G

A superintendência de Obrigações da Anatel atestou hoje,24, o atendimento de metas de cobertura da Oi Celular e Algar Telecom Celular assumidas no leilão de 4G, quando foi vendida a faixa de 2,5 GHz. No caso da Oi, a operadora poderá resgatar R$ 5,332 milhões de garantias oferecidas pelo atendimento de diferentes cidades em mais de 14 estados brasileiros.

A Algar Telecom, por sua vez, irá resgatar R$ 291,648 milhões por ter levado a 4G para municípios de Minas Gerais e São Paulo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/06/2015 - Instituto Telecom

Velocidade no Brasil fica novamente abaixo da média mundial

O Brasil mostrou crescimento no primeiro trimestre de 2015, mas ainda apresentou velocidades e penetrações abaixo das médias mundiais no ranking de banda larga fixa realizado pela Akamai e divulgado nesta quarta-feira, 24. De acordo com o estudo, o País registrou crescimento abaixo de outros países latino-americanos, chegando inclusive a cair de posição.

Com 3,4 Mbps, abaixo da média mundial de 5 Mbps, o Brasil ficou em 89º colocado no ranking global de velocidade média da banda larga, duas posições abaixo do registrado em junho de 2014. Mesmo com esse resultado, o País aumentou 29% no comparativo anual e mesmo 13% no comparativo com o trimestre anterior. Ainda assim, ficou atrás dos latinos Uruguai (6,7 Mbps), Chile (5,7 Mbps), México (4,9 Mbps), Argentina (4,6 Mbps), Colômbia (4,5 Mbps), Peru (4,5 Mbps) e Equador (4,1 Mbps). A Akamai destaca o crescimento de 75% do Chile no período de um ano, além do Peru (64%) e do Uruguai (55%).

Na lista de velocidade de pico média, o Brasil está um pouco acima, em 82º (mesma posição do ano anterior), com 24,2 Mbps. Mesmo com o crescimento de 35% ao ano e 10% em relação aos últimos três meses de 2014, também foi um resultado abaixo da média mundial, de 29,1 Mbps. O País novamente ficou atrás dos vizinhos, em especial do Uruguai (51,3 Mbps), segundo colocado nas Américas atrás apenas dos Estados Unidos (53,3 Mbps). Chile (36,7 Mbps) e Colômbia (28,7 Mbps) mostraram aumento significativo no ano: 76% e 71%, respectivamente.

Penetração por velocidade

No primeiro trimestre, o Brasil tinha 31% das conexões com velocidade acima de 4 Mbps, um aumento de 45% no ano. O número é abaixo da média mundial de 63%, deixando a Internet brasileira em 81º lugar. O País ainda mostrou aumento de 132% na quantidade de conexões acima de 10 Mbps, ficando com 2,2% de penetração e garantindo a 67ª posição. Mas também o aumento foi menor do que o de países vizinhos e com melhor colocação, como Colômbia (972%, 4,7% de penetração), Peru (858%, 2,5%) e Chile (723%, 9,1%).

No recorte de velocidade acima de 15 Mbps, o Brasil está em 54º, com 0,5% de penetração, aumento de 54%. Destacam-se o aumento de 740% na Colômbia (1,1%) e de 476% do Chile (1,8%). A Akamai não incluiu no ranking regional a penetração de conexões com velocidade acima de 25 Mbps.

Dados Anatel

Para efeito de comparação, nos dados divulgados pela Anatel referentes a abril e à velocidade contratada, a maioria das conexões brasileiras (46,88%) era na faixa de 2 Mbps a 12 Mbps: 11,535 milhões de acessos. Em seguida vem a faixa de 512 Kbps a 2 Mbps, com 7,081 milhões (28,78%). As conexões de 12 Mbps a 34 Mbps somam 3,769 milhões (15,32%), e as acima de 34 Mbps são 995 mil (4,04%). O País ainda registrava 1,226 milhão de acessos (4,98%) abaixo de 512 Kbps.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/06/2015 - Telesíntese

Suspensas ações contra bloqueio de internet ao fim da franquia em quatro estados

Decisão do STJ prevê definição de um único tribunal para julgar processos contra operadoras.

O ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, concedeu à Oi, na segunda-feira, 22, liminar suspendendo ações que correm na Justiça dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e São Paulo contra o bloqueio do acesso à internet móvel ao término da franquia.

Segundo o magistrado, a decisão não se baseia no direito de a Oi poder bloquear ou não a internet. Ele ressalta que, pelo contrário, a maioria das decisões trazem o mesmo entendimento sobre a violação de contrato por parte da operadora. No entanto, o juiz concorda com a defesa da operadora de que inúmeros processos, com tema semelhante, correndo em diversas comarcas pode levar a incerteza jurídica.

Atualmente existem ações em 14 varas contra a operadora. Em 11 o pedido de liminar foi concedido, dos quais seis foram levantados em instâncias superiores, e outros cinco ainda aguardam decisão em segunda instância ou não tiveram recurso interposto.

Na decisão, o juiz do STJ defere em parte o pedido da Oi, de que o primeiro tribunal a ser acionado seja aquele que definirá a legalidade ou não do bloqueio em todo o país. Ele pede manifestações dos respectivos tribunais para determinar qual processo, de fato, foi iniciado antes.

25/06/2015 - RBA

Terceirização volta à pauta em audiência pública na próxima segunda

Após aprovação do projeto na Câmara, Comissão de Direitos Humanos do Senado busca aprofundar a discussão

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que permite a terceirização ampla e geral, volta à pauta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) na próxima segunda-feira (29) em audiência pública, às 10h.

Segundo relatório feito pela CUT em parceria com o Dieese, as principais características do emprego terceirizado são o salário menor, jornada ampliada e a rotatividade, além de ser líder no índice de acidentes de trabalho. A central teme que, se aprovado o projeto, os direitos trabalhistas serão ameaçados, e os empregos, precarizados.

Com o intuito de reagir contra as propostas, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) entregou um anteprojeto aos parlamentares, que votaram contra.

Para Guilherme Feliciano, vice-presidente da associação, o anteprojeto proíbe a quarteirização, garante a igualdade salarial nas atividades idênticas e a sindicalização do terceirizado. "Além de proibir a terceirização na atividade principal, o anteprojeto estabelece uma definição de atividade-fim e de atividade-meio nas empresas e, ainda, obriga a solidariedade da tomadora de serviços, ou seja, a empresa que contrata de outra o serviço terceirizado é responsável pelos direitos dos trabalhadores."

O secretário de Relações do Trabalho da CUT São Paulo, Rogério Giannini, afirma que existe a pressão da sociedade, pois o projeto ficou mais conhecido recentemente, mas falta saber o quanto o Congresso Nacional está permeável a esse tipo de pressão. "A atual composição do Senado e da Câmara dos Deputados, com parlamentares eleitos por financiamento empresarial, dá margem à promiscuidade de interesses públicos e privados. Essa é a dificuldade."

Iniciadas em 29 de maio, as audiências públicas seguem em diversos estados brasileiros até o final de julho. A sessão da próxima segunda-feira será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-SP), às 10h, no auditório da Assembleia Legislativa de São Paulo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/06/2015 - CUT

Brasil ainda é referência em resistência dos trabalhadores

Secretário da CUT aponta que Conferência da OIT valorizou movimento sindical brasileiro

Entre os dias 1 e 13 de junho, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) promoveu sua 104ª Conferência em Genebra, na Suíça. Delegações de 185 países, entre os quais o Brasil que teve a CUT como uma das representantes dos trabalhadores discutiram temas como o direito de greve, sob ataque patronal, e a terceirização.

A terceirização sem limites, que deve ser analisada no Senado ainda neste ano por meio do PLC 30 (Projeto de Lei da Câmara), motivou um ato da CUT durante o encontro e reuniu mais de 30 centrais sindicais de diversos países.

Em entrevista, o secretário de Relações Internacionais da Central, Antônio Lisboa, faz um balanço sobre a conferência e destaca que no ano que vem, quando acontece a próxima conferência, o direito de greve deve ser o próximo alvo dos empregadores na lisa de direitos a serem subtraídos.

Quais foram os grandes debates desta conferência da OIT?

Antônio Lisboa – Acho que duas questões foram centrais. A primeira, a retomada da comissão de aplicação de normas da OIT, que trata do comprimento dos termos da Organização pelos países e estava travada há muito tempo. Conseguimos dar andamento e soltar um relatório sobre casos de práticas antissindicais e saiu um acordo que vai até a conferência de 2016, que passa pela aceitação, pelo menos até esse ano, por parte dos empregadores do direito de greve. O que estava amarrando era exatamente isso, então, os empregadores diziam que não era possível fazer um relatório. Em 2017 retomaremos essa discussão que, com certeza, será muito dura.

A outra coisa importante foi o texto a respeito da transição da economia informal para a formalidade, que orienta de forma bastante razoável esse processo e conseguimos incluir questões como a noção de que o trabalho terceirizado é sinônimo de precarização. Agora tem que ser ratificado pelas nações, mas trata da garantia de direitos, seguridade social. E a participação da CUT nesse debate foi determinante. Acho que a grande disputa acontecerá na conferência do ano que vem, porque tratará das cadeias produtivas, da principal estratégia das transnacionais, que é a produção em cadeia, desregulamentada, sem fronteiras e sem trabalho decente. Foi uma conferência positiva, comparada com a dos últimos anos, mas temos que nos preparar para o enfrentamento no ano que vem.

Como foi a repercussão do ato que a CUT promoveu contra a terceirização total no Brasil?

Lisboa – Mesmo com menos de 24 horas para a mobilização, conseguimos colocar as principais centrais sindicais do mundo neste ato, que se solidarizaram com a nossa posição e isso deu uma repercussão muito grande em Genebra e no mundo. As centrais sindicais presentes, além de se manifestarem a respeito do problema, divulgaram para as delegações e o objetivo foi alcançado.

No diálogo com essas outras centrais foi possível perceber se a precarização é geral?

Lisboa – Não há dúvida que a terceirização acontece no mundo inteiro, em diferentes níveis. E isso é fruto de uma estratégia global do capital internacional e das transnacionais de desregulamentação das relações de trabalho. Isso você pode ver quando os empregadores passam a questionar o direito de greve nas normas da OIT, na convenção 87. Não é que queiram acabar com essa conquista especificamente, mas sim fragilizar e precarizar os direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo dos anos sob pretexto da competitividade. Como a greve é o instrumento fundamental para garantir esses outros direitos, eles resolveram atacar na raiz. Isso é uma estratégia mundial. No Brasil tomou uma dimensão maior essa discussão porque você tem uma legislação trabalhista com 70 anos e ao atacá-la você volta à década de 1930 do século passado, atingindo direitos já consagrados na Constituição.

Leia mais em:

http://www.cut.org.br/noticias/brasil-ainda-e-referencia-em--resistencia-dos-trabalhadores-bba6/